



BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE SOBRE A (DES)ARTICULAÇÃO EM REDE

Lourenço Luciano Carneiro Filho – CRAS-Major Gercino (SC)

lourencocarneiro@hotmail.com

Aline Muriel Vicentini Arbelo – CRAS-Major Gercino (SC)

Beatriz Fuzeto Ferreira – CRAS-Brusque (SC)

RESUMO: Uma das principais estratégias de enfrentamento às condições de pobreza defendida pelo governo federal nas últimas décadas foi a implementação do Programa Bolsa Família (PBF). Além da transferência de renda direta, o PBF se utiliza de condicionalidades vinculadas às políticas de educação, saúde e assistência social como forma de alcançar metas e, desta forma, garantir a possibilidade de acesso aos serviços básicos assegurados pela atual Constituição Federal brasileira. No setor educacional, podemos dizer que o principal objetivo do PBF é romper com mecanismos responsáveis pelo ciclo intergeracional do fenômeno pobreza. Mas, será que esta política de condicionalidades ocorre, de fato, em articulação com a rede socioassistencial dos municípios? Diante desta inquietação, o presente texto irá apresentar os resultados de um trabalho de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa realizada em duas escolas estaduais do município de Major Gercino-SC. Primeiramente, foi realizado um levantamento junto à direção escolar de cada escola sobre quantos alunos matriculados são participantes do PBF. Resultados indicaram que nenhuma das escolas tinham acesso aos sistemas de condicionalidades e, portanto, não sabiam dizer ao certo quantos alunos estavam inscritos no programa. Curiosamente, estes dados estavam sob responsabilidade da controladoria interna da administração municipal, e, após solicitado, foi informado, além da quantidade de inscritos no PBF, que todos os alunos inscritos no programa tinham 99% de frequência, evidenciando que tais dados poderiam ser questionados; posteriormente, foi solicitado à direção de ambas escolas o Projeto Político Pedagógico (PPP), onde foi analisado se discute questões relacionadas à cidadania e pobreza e constatou-se que em nenhum dos PPPs há discussões relacionadas à pobreza e suas causas e estratégias para superação deste fenômeno social, considerando que as escolas têm em média 23% dos alunos como público-alvo do programa (cabe ressaltar que as palavras “pobre” e “pobreza” não se encontram escritas nos textos dos PPPs analisados). Contudo, o conceito de cidadania é apresentado e discutido em ambos PPPs. Por fim, diante dos dados coletados e analisados, verificou-se a necessidade de intervenção por meio de roda de conversa com a gestão e professores presentes de cada escola, com o intuito de problematizar esta realidade social e, principalmente, enfatizar a importância do preenchimento correto dos dados do programa. Considera-se que a aplicação deste projeto de intervenção resulte em novos olhares na elaboração dos próximos PPPs, de modo que seja tratado questões pertinentes às demandas do público-alvo. Com efeito, legitimar este debate é de extrema importância para o processo de emancipação humana, justamente como possibilidade de superação dos condicionantes históricos do indivíduo, no caso, a pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Bolsa Família; Desigualdade Social; Educação; Projeto Político Pedagógico.